



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	610663
Entrada	nº 346 Data 01/08/2018

*Distribuir e
agendar.
06/09/2018
A*

*Aprova
em maioria de
votos de
CAM 12/09/2018*

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Agricultura e Mar
Deputado Joaquim Barreto

[Handwritten signature]

Assunto: Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM)

Com o título “Ordenamento do espaço marítimo divide organismos do Estado” o jornal Público inclui na sua edição de hoje [1 de agosto] um texto onde se dá conta de que: «Agências ambientais deram parecer negativo ao novo plano da Direção-Geral dos Recursos Marítimos. Conselho Nacional do Ambiente diz que conservação da natureza não está salvaguardada».

Ao longo do texto lê-se que:

- «O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) pede ao Governo que suspenda o processo de consulta pública do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM). E que reformule este novo e importante instrumento legal que tem como objetivo promover “a compatibilização entre usos ou atividades concorrentes” no mar, mas que, em terra, não reúne sequer o consenso entre as entidades do Estado. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto de Conservação da Natureza deram mesmo parecer negativo ao documento [...]»;
- «[...] o parecer do CNADS [...] é arrasador para o trabalho levado a cabo pela Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), tutelado pelo Ministério do Mar. Dada a importância deste instrumento de ordenamento, que passará a guiar a administração pública na atribuição a privados de direitos para um conjunto de atividades económicas, por longos períodos»;
- «O CNADS considera que os documentos em cima da mesa têm de ser completamente reformulados, pois não garantem “as necessárias salvaguardas ambientais e a conservação da natureza”»;
- «O parecer foi precedido de contactos com organismos do Estado, instituições científicas e organizações interessadas no tema, algumas integradas numa das duas comissões consultivas



que acompanharam o trabalho da DGRM, e que traçaram um quadro muito negativo deste PSOEM que, por exemplo, abrange, supostamente, toda a plataforma marítima — mas, na verdade, deixa de fora o mar dos Açores, por atraso nos trabalhos relativos a esta região. A partir desses contactos, o conselho põe em causa a própria qualidade dos dados que serviram de base aos documentos elaborados».

O texto continua referindo que *«alguns dos membros da comissão consultiva denunciaram a utilização de dados de representação espacial com “erros, desatualizados, sem validação, sem qualidade, ou com deturpação de conceitos ou interpretação errónea”», e que «para além de considerar “altamente preocupantes a falta de rigor científico e nos procedimentos”, o conselho aponta o dedo ao “prazo extremamente reduzido de consulta pública (apesar da prorrogação do prazo inicial por 30 dias)” e à “falta de envolvimento da sociedade civil”».*

Acrescenta-se ainda que *«também a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis “apresentou duras críticas a esta versão do PSOEM”» e que «o CNADS diz que há uma “subconsideração e subavaliação de áreas prioritárias para a conservação da natureza (Rede Natura 2000, Áreas Marinhas Protegidas) e da salvaguarda estratégica do património natural”» e que «na análise dos pareceres negativos da APA e do Instituto da Conservação da Natureza, resulta claro que os aspetos ambientais estão “debilmente considerados”».*

Estas divergências agora expostas colocam *«em causa um dos principais objetivos do ordenamento do espaço marítimo, que é o de conciliar usos e de prevenir conflitos».*

Para o CDS-PP o PSOEM é um instrumento de gestão da maior relevância pois representa e identifica a distribuição espacial e temporal dos usos e das atividades existentes e potenciais, por um lado, e dos valores naturais e culturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional, por outro.

Por isso mesmo, em janeiro deste ano, questionámos a Senhora Ministra do Mar, numa audição na Comissão de Agricultura e Mar, ressaltando a extrema urgência da sua conclusão e publicação.

O CDS-PP entende que só assim se podem compatibilizar os usos, só assim poderá haver uma correta e justa atribuição de títulos de utilização do espaço marítimo, só assim se poderá garantir a referida solidariedade intergeracional. Caso contrário, vigora o princípio de que quem chega primeiro leva vantagem, potenciando os indesejáveis conflitos.

Infelizmente, a notícia hoje publicada no jornal Público não augura nada de bom nesta matéria e confirma as preocupações anteriormente manifestadas pelo CDS-PP.



Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem por este meio requerer a presença, na Comissão de Agricultura e Mar, com caráter de urgência, das seguintes entidades, para prestar esclarecimentos acerca desta matéria:

- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Instituto da Conservação da Natureza (ICNF)
- Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Assembleia da República, 1 de agosto de 2018

As Deputadas

Patrícia Fonseca

Ilda Araújo Novo

